

Saul

					2

# Saterés votam em um 'branco'

O estereótipo dos índios como pessoas tímidas e caladas é logo derrubado ao se conhecer a mãe de Moy Tara e Ramaw. A falante índia Kutera, 45, tem no título de eleitor seu nome "dê branco", Zeila da Silva Vieira e chegou em Manaus com treze anos. Ela veio da aldeia Ponta Alegre, localizada no Município de Barreirinha (a 328 quilômetros de Manaus) e ainda lembra que lá, ao contrário do que acontece aqui, as decisões eram tomadas só depois de ouvida a opinião de todos os membros da comunidade.

"Agora alguns índios estão pegando a moda dos brancos, jogando um contra o outro e querendo derrubar. Antes, quando o índio dizia sim, era sim mesmo", conta ela, que, pelo jeito, ainda mantém a tradição. Segundo Kutera, pelo menos a sua família já escolheu o candidato a vereador para as eleições de outubro. Trata-se do ex-presidente da Urbam, Waldilson Cruz (PRTB), que ajudou os índios saterés na época que eles foram retirados de um terreno no Alvorada e não tinham para onde ir.



**PALAVRA MANTIDA** Kutera apresenta Waldilson Cruz como candidato da comunidade

"Ele nos ajuda desde quando não era candidato. Os outros agora podem vir nos visitar, mas nós não trocamos. Vamos manter nossa palavra e ficar com o doutor Waldilson", afirma. Com boa memó-

ria, Kutera aproveita para reclamar de Eduardo Braga que, quando era prefeito visitou o igarapé que passa atrás da comunidade indígena e prometeu arrumar a ponte que havia no local. "Ele

tinha o poder de arrumar. Mas até hoje, nada", diz ela.

Aproveitando a conversa, a índia, que hoje vive do artesanato, explica que, ao contrário do que se pensa, não são só os homens da tribo sateré-maué que precisam ser fortes. A famosa dança da tucandeira tem seu paralelo entre as mulheres com o ritual da primeira menstruação. "Depois de passar três meses em uma rede, comendo só chibé, saúba e castanha de caju e sem tomar banho, a menina é marcada pela mãe com um dente de paca. Nos arranhões, a

gente derrama limão ou mangarataia. As mulheres saterés também precisam ser fortes", diz ela, que, apesar de não aplicar mais o ritual, luta para que a palavra dos índios também continue forte.

					2
			212		

## São Gabriel terá 20 candidatos

Em São Gabriel da Cachoeira (a 858 quilômetros de Manaus) a população indígena representa 95% do total de moradores do município. Ainda assim, nas eleições de outubro, nenhum índio estará concorrendo ao cargo de prefeito da cidade. Em compensação, mais de 20 concorrerão às vagas da Câmara Municipal, que hoje conta com apenas um representante indígena.

“É importante aumentarmos a participação. O certo seria pelo menos metade índio, metade branco. Sei que em Santa Isabel também há indígenas concorrendo. Em um País democrático, é por intermédio do voto que podemos mudar nossa situação”, conta um dos candidatos, o secretário geral da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), Bonifácio José Baniwa, 31, que vai concorrer pelo PL.

Ele faz questão de esclarecer que sua candidatura não está ligada à entidade, que não tem candidato oficial. “Cada um, como cidadão e por meio de um partido, procurou participar”, explica. Nascido na comunidade Tucumã, no alto Rio Içana, Bonifácio diz que, como vereador, poderá fazer leis que reconheçam o trabalho das organizações indígenas e da população em geral pois não via “olhar só pelos índios, mas por todos os necessitados”.

## LEI ELEITORAL NÃO É CLARA

### Índios não são obrigados a votar

Apesar de a maioria dos índios acreditar que para eles o voto é obrigatório e apesar da legislação

brasileira não ser clara a esse respeito, existe um consenso entre as pessoas ligadas à área de que o voto indígena não é obrigatório. Em Roraima, os índios chegaram a se reunir e optar por não participar de eleições de branco e por isso, muitos não tiraram o título de eleitor. O Estatuto do Índio em vigor não regulamentou a questão e

recentemente uma reportagem veiculada pela TV Globo foi contestada pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). A reportagem afirmava que o voto não era obrigatório e que, aqueles que quisessem tirar o título teriam que pedir sua emancipação (pela Constituição Federal, os índios estão sob a tutela do Estado). O Cimi questionou a reportagem pois, segundo sua assessoria jurídica, o direito ao título independe da emancipação.



**RAMAW** "O ato de votar ajuda no reconhecimento de que também somos cidadãos"

4/4